



A ESTIAGEM NA AGENDA GOVERNAMENTAL DOS PREFEITOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARDO/RS

Verushka Goldschmidt Xavier de Oliveira¹

Markus Erwin Brose²

Resumo: Estiagem é um fenômeno natural, cíclico, previsível através das atuais tecnologias e que afeta as condições sociais e econômicas de um território. O ser humano não tem condições de controlar o fenômeno, mas pode minimizar os efeitos decorrentes deste. Nos municípios, o planejamento estratégico detém potencial para uma antecipação dos impactos e mitigação dos prejuízos que possam ser causados. No Rio Grande do Sul, a estiagem do período 2019/2020 afetou os 13 municípios da bacia hidrográfica do Rio Pardo/RS. O setor primário predomina na economia regional, os efeitos sobre a agropecuária foram consideráveis e o abastecimento público também foi comprometido. Face a essa experiência, o objetivo do artigo consiste em analisar os planos de governo dos prefeitos da bacia do Pardo para a gestão 2021-2024 no tocante ao planejamento de ações para enfrentamento às estiagens. A partir da coleta de informações ficou evidente que alguns municípios já incorporaram a estiagem como prioridade e propõem programas e planos para o enfrentamento da mesma. Considerando níveis estratégico, tático e operacional, e sendo o nível estratégico o mais alto na escala, foram identificados seis municípios que atendem todos os níveis, cinco municípios atendem nível tático e operacional, um município atende somente o operacional e um município não possuía ações referentes à enfrentamento da estiagem no plano de governo da administração eleita.

Palavras-chave: Estiagem. Plano de governo. Planejamento estratégico. Bacia do Rio Pardo.

Introdução

Estiagens e secas são eventos climáticos que se repetem com determinada frequência. Spinelli (2018) diz que os termos seca e estiagem não possuem uma definição

¹ Bacharel em Ciências Biológicas/Ecologia e Administração pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc, bolsista CAPES PROSUC Modalidade II.

² Engenheiro Agrônomo (Universidade Kassel/Alemanha). Doutor em Sociologia (Universidade de Osnabrück-DE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc.



universal, mas ambas afetam a disponibilidade hídrica e assim, conseqüentemente, causam impactos econômicos e/ou sociais, sendo o termo estiagem o mais comumente utilizado na região sul do Brasil quando se refere a faltas de chuvas. Volumes de chuva abaixo do esperado para a época, irregularidade destas e altas temperaturas reduzem o nível de disponibilidade de água a ponto de não ser suficiente para todos os usos. No Rio Grande do Sul, as estiagens, quando ocorrem, costumam acontecer durante o verão (meses de dezembro, janeiro e fevereiro).

As estiagens não afetam infraestruturas, mas a produção e o modo de vida das pessoas. A severidade da estiagem está correlacionada ao tempo de duração, sendo que o ser humano não tem condições de controlar o fenômeno, mas pode minimizar os efeitos.

O objetivo desse trabalho consiste em analisar os planos de governo dos prefeitos eleitos para a gestão 2021-2024 nos municípios da bacia hidrográfica do Rio Pardo no tocante ao planejamento de ações para enfrentamento às estiagens. Para isso, os mesmos foram consultados na página de internet do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020).

O trabalho encontra-se estruturado em três seções, conforme a descrição feita a seguir: na primeira seção, apresenta-se uma discussão sobre planejamento estratégico e as políticas públicas; na segunda seção, aborda-se a caracterização da bacia hidrográfica e os prejuízos econômicos ocasionados pela estiagem 2019/2020 e na terceira seção os planos de governos dos prefeitos da bacia do Pardo com ações para mitigação dos efeitos da estiagem são elencados e discutidos.

Planejamento estratégico na gestão municipal e as políticas públicas

Segundo Sertek; Guindani; Martins (2012) estratégia é a maneira como uma organização percebe o mundo, se comprometendo com atitudes e respostas para as mais variadas situações. Dessa forma, é possível dizer que o planejamento estratégico é uma busca por uma posição da organização no ambiente analisado.

Conforme Nogueira (2015), há uma diferenciação entre estratégia e competição. A estratégia é o processo como as organizações definem aonde querem chegar e a forma como atingirão o objetivo, enquanto a competição é apenas a disputa de duas organizações por objetivos comuns. Trazendo os conceitos para o evento quadrienal chamado eleições municipais, pode-se fazer a diferenciação entre os atores que efetivamente possuem uma estratégia de desenvolvimento e os que apenas estão ali por uma disputa a fim de ocupar um espaço pela dominância do poder sobre um território.



Para a elaboração de uma estratégia é preciso o ordenamento de um método a fim de alcançar o objetivo final. Através de planos, que são diretrizes, os objetivos são atingidos. Esse planejamento promove uma direção através de uma visão comum, um foco, possibilita uma gestão proativa e motivação às pessoas e fornece informações para a tomada de decisões. Portanto, estratégia e planejamento são conceitos fundamentais para os resultados de um plano de governo (NOGUEIRA, 2015). O planejamento é importante para que uma política pública seja implementada. A existência do planejamento pode aumentar a governabilidade das ações que necessitam ser executadas na política pública (DE TONI, 2016).

Para Sertek; Guindani; Martins (2012) o planejamento estratégico se inicia com a análise do ambiente interno e externo. Isso facilita a tomada de decisões. A análise do ambiente externo permite identificar e avaliar tendências como oportunidades e ameaças e a análise do ambiente interno possibilita o reconhecimento de recursos da própria organização, como os de ordem financeira, tecnológicas, materiais e outras. Posteriormente se estabelecem as diretrizes, como missão (visa responder qual é o propósito) e visão (como se quer a instituição daqui alguns anos) e avança-se para a formulação de estratégias, referenciando-se pelo diagnóstico efetuado pela instituição sobre o assunto.

Após a formulação são traçados pontos para a implementação das estratégias que envolvem transformações nos gestores e parceiros, pois se os velhos hábitos persistirem, provavelmente o sucesso não será obtido. Resistência à mudança e repetições de antigos padrões de conduta e hábitos não promovem transformações e assim os objetivos tornam-se mais difíceis de serem alcançados. A última etapa do processo de planejamento diz respeito ao controle que se refere à avaliação e monitoramento (ROCHA, 2012).

Dependendo do planejamento, pode-se encontrar três níveis de atuação: estratégico, tático e operacional. O estratégico envolve a organização como um todo, com objetivos globais e amplos e com longo prazo de duração. A alta administração é responsável por esse nível. O nível tático atinge um setor, ou departamento específico, têm objetivos mensuráveis e são de média duração. Nesse nível os gerentes é que participam do processo. Por fim, o nível operacional aborda os planos mais imediatos, com objetivos específicos e de curta duração. São procedimentos específicos e de execução operacional, ou seja, é a prática que se realiza através do planejamento estratégico e tático. Como são de curta duração, podem ser de dias, semanas ou meses (CASTRO; CASTRO 2014, NOGUEIRA, 2015).

A compreensão do processo de planejamento permite aos atores das esferas hierárquicas maiores, nesse caso os prefeitos, definirem quem serão os parceiros mais



adequados para a implementação de cada etapa, escolhendo os secretários municipais com perfil mais alinhado às estratégias delimitadas no plano de governo, os gerentes do processo e os executores da linha de frente. Esses são alguns atores que estarão envolvidos no processo de formulação, implementação, avaliação e monitoramento das eventuais políticas públicas que serão desenvolvidas em âmbito municipal.

Para De Toni (2016), idealmente uma política pública é o resultado de uma iniciativa governamental em resposta à uma demanda da sociedade. Ela envolve escolha de prioridades que são coletivas e geralmente envolve potenciais soluções de conflitos, que são causados pela distribuição desigual dos recursos. Contudo, o sucesso da política pública depende da forma como é implementada e do modelo de governança. A implementação é a fase mais crítica do ciclo, pois coloca em prova se o problema será resolvido de fato.

A pressão exercida pelos atores para que seus interesses sejam observados ajudam a formar a agenda governamental. Vários são os atores com capacidade de pressão, dentre esses, destaque para os legisladores e a mídia. O território enquanto um elemento ativo dos processos de relações de poder que nele se desenvolvem, necessita ser considerado enquanto uma categoria de análise, e não meramente como um espaço receptáculo ou como um espaço passivo. É através do território e de sua conformação histórica que podemos explicar porque foram tomadas certas decisões e qual o papel que as instituições, redes e atores tiveram nesse processo. O histórico da formação das instituições que exercem influência na tomada de decisões, através de representantes dos grupos de interesse permite entender os motivos de suas escolhas (TIRELLI, 2020).

Reis (2005) discorre sobre a epistemologia do território, ou seja, o conceito de território em que se questiona o seu papel e lugar nas dinâmicas sociais. Dessa maneira, o território não é apenas um espaço geográfico, mas o espaço ativo onde atores e processos ocorrem de forma a gerar uma morfologia do poder.

Nesse processo, é importante entender o que fez com que determinado tema fosse incorporado à agenda em detrimento de outros, assim como a escolha das possíveis soluções e alternativas ao problema apresentado. Segundo Kingdon (2011), os temas que não fizeram parte da agenda podem permanecer temporariamente suspensos até que uma janela, ou oportunidade, apareça. É por isso que determinados temas, após esquecidos por algum tempo, retornam ao debate e se tornam prioridades nas políticas públicas. Exemplo disso é o fenômeno da estiagem que somente entrará na pauta no momento em que o evento está ocorrendo. Enquanto a distribuição de chuva está regular e o volume de água dentro da normalidade para o esperado, dificilmente o tema estiagem entrará na agenda política.



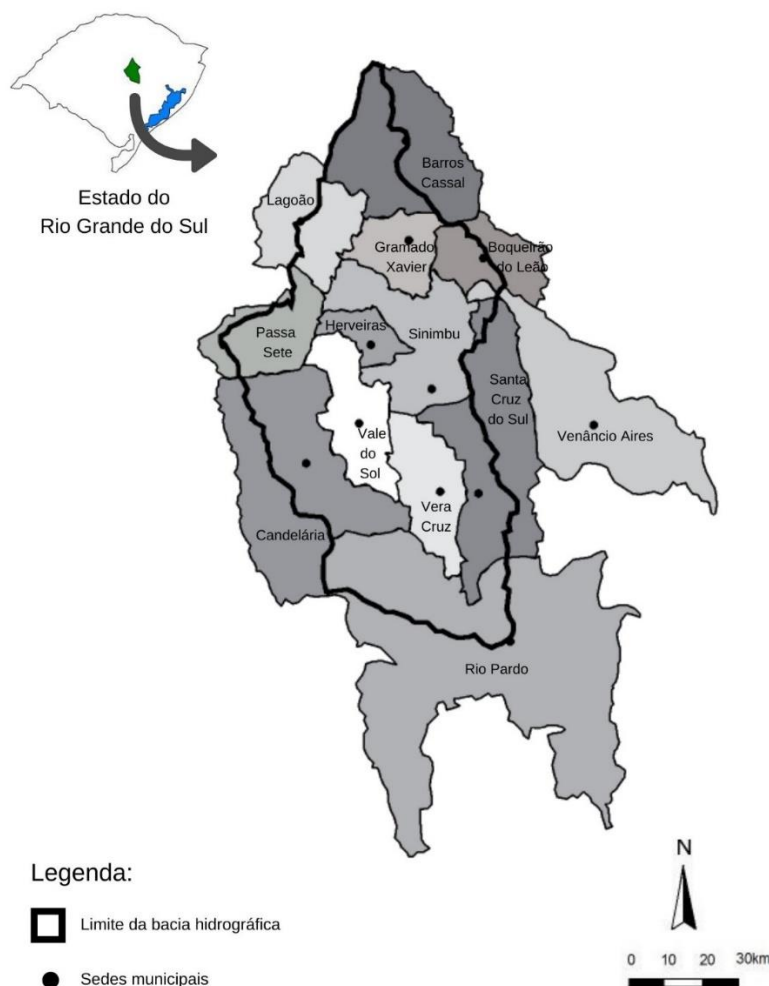
A bacia hidrográfica do Rio Pardo

A lei federal 9.433/1997 (BRASIL, 1997), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu a bacia hidrográfica como área de planejamento. Segundo Tucci (1997), a bacia hidrográfica compõe-se de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório, ou seja, é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída. Em linhas gerais, uma bacia hidrográfica é a região compreendida por um território e por diversos cursos d'água. É sobre esse território que as ações antrópicas irão se manifestar. Menezes; Biesek (2014) afirmam que é comum o cidadão não possuir uma visão global da bacia onde vive, pois estaria habituado a pensar em termos de limites de municípios, ou seja, políticos e administrativos.

A bacia hidrográfica do Rio Pardo se localiza na região central do Rio Grande do Sul, com uma área de drenagem de 3.636,79 km² e 115 km de extensão e 35 km de largura. Esta bacia faz parte da região hidrográfica do Guaíba e é formada pelos municípios de Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Gramado Xavier, Herveiras, Lagoão, Passa Sete, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz. Dos 13 municípios, apenas Venâncio Aires não possui sua sede dentro da área da bacia, além de contribuir com apenas 2,35% do total da área da bacia. RS (2021) informou que em 2020 a bacia do Pardo apresentava 232.442 habitantes, sendo 163.674 referente a população urbana (70%) e 68.769 referente a população rural (30%).

Na bacia do Pardo a prestação de serviço no abastecimento público pode ser realizada pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) ou pelas prefeituras. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-SNIS, (2021), na Bacia do Pardo a Corsan é responsável pelo abastecimento dos municípios de Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Lagoão, Passa Sete, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Os serviços de abastecimento prestados pelas prefeituras ocorrem em Gramado Xavier, Herveiras, Sinimbu, Vale do Sol e Vera Cruz. Contudo, apesar da Corsan realizar o abastecimento em alguns municípios, as áreas rurais não estão cobertas pelo contrato e a prefeitura necessitaria prestar atendimento. A bacia hidrográfica do Rio Pardo pode ser visualizada na figura 1.

Figura 1. Bacia hidrográfica do Rio Pardo



Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Conforme Ecoplan (2005) a bacia pode ser dividida em três áreas:

a- Alta: abrange os municípios de Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Gramado Xavier e Lagoão e compõem aproximadamente 20% do território da bacia. Nessa área estão localizadas extensas áreas de campo e onde a atividade pecuária predomina no setor primário. Encontram-se aí áreas de florestamento com essências exóticas e pequenas lavouras de subsistência.



- b- Intermediária: no sentido norte-sul, abrange os municípios de Herveiras, Passa Sete, Sinimbu e Vale do Sol. Essa área compõe 40% do total do território da bacia onde predominam as propriedades familiares e se concentram importantes áreas com remanescentes florestais.
- c- Jusante: a porção mais a jusante abrange os municípios de Candelária, Rio Pardo, Vera Cruz e Santa Cruz do Sul, correspondendo a 40% do total da área da bacia. Nessa porção está localizado o maior contingente populacional da bacia e a maior parte das atividades industriais do território. Predomina o cultivo de arroz irrigado nas áreas planas de várzea.

Helfer (2006) diz que as áreas agrícolas são marcadas pelos cultivos de tabaco, milho, feijão, soja e arroz, sendo os três primeiros cultivos responsáveis por 8,2% dos usos e amplamente distribuídos na área da bacia. Em 2006 a soja estava localizada na porção mais a jusante da bacia, ou seja, a parte baixa ou mais ao sul, em 2020 a soja está amplamente difundida por toda a bacia. Quanto à pecuária, o Grupo Gazeta de Comunicações (2020) informa que aves, bovinos e suínos são maioria nos municípios da bacia do Pardo.

De acordo com o Tesche (2020), o prejuízo com a estiagem 2019/2020 atingiu o total R\$ 696,29 milhões nos municípios que integram a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp), que é composta pelos municípios de Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Dez dos treze municípios da área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Pardo fazem parte dessa Associação (AMVARP, 2020).

Os planos de governo dos prefeitos da bacia do Pardo para a gestão 2021-2024

De Toni (2016) diz que no setor público é comum confundir o processo de planejamento com o próprio exercício de governo, pois é uma atribuição do governante planejar suas ações para evitar possíveis interferências e problemas. O planejamento estratégico governamental é aquele executado pelos governos federal, estaduais e municipais e por todas as instituições que executam papéis de função pública (CASTRO; CASTRO, 2014).

Durante as campanhas eleitorais, os candidatos elaboram seus planos de governo, que são diretrizes que pretendem cumprir caso sejam eleitos. Além disso, é um documento oficial que confere legalidade e que pode ser objeto de fiscalização do cumprimento das propostas. Esse documento é entregue à Justiça Eleitoral para que sua candidatura seja

efetuada. É no plano de governo que se pode avaliar se o candidato está ciente do seu ambiente, abordando assuntos de diversas esferas, sejam ambientais, sociais, econômicos, infraestrutura, transporte, saúde (BARBOSA, 2020).

Os planos de governo dos prefeitos eleitos para a gestão 2021-2024 nos municípios da bacia hidrográfica do Rio Pardo estão disponíveis para consulta na página de internet do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020). De posse dos mesmos, fez-se a análise das ações que apresentaram ligação ao tema estiagem. Após, elaborou-se a figura 2 que representa o resumo das ações de cada município, sendo que os mesmos foram classificados na escala mais alta de planejamento (estratégico, tático ou operacional).

Figura 2. Níveis de planejamento dos municípios da bacia do Pardo na gestão 2021-2024

Nível estratégico	Herveiras, Lagoão, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz		-Planejamento para enfrentamento à estiagem -Uso da palavra seca ou estiagem; -Qualificação da Defesa Civil.	Abrange o município; Longo Prazo; Objetivos globais.	
	Nível tático	Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Passa Sete, Sinimbu		-Fiscalização do contrato com a Corsan; -Saneamento Básico e redes hídricas; -Proteção e conservação de nascentes, arroios e mata ciliar; -Programa de irrigação	Abrange o setor; Médio prazo; Objetivos detalhados e mensuráveis.
		Nível operacional	Candelária		-Disponibilização de máquinas para abertura de poços, açudes, bebedouros e outros reservatórios; -Cisternas.

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

As prefeituras de Herveiras, Lagoão, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz possuem ações em Nível Estratégico, pois nos planos de governo dos prefeitos estão incluídas ações específicas para minimizar impactos das estiagens. Herveiras e Rio Pardo possuem planos específicos de prevenção à estiagem.

O município de Herveiras esteve presente nas manchetes da mídia regional reiteradas vezes durante o ano de 2020, devido ao problema de abastecimento. Houve racionamento e rodízio de oferta de água, pois o abastecimento que é realizado através de poços ficou prejudicado devido à baixa vazão dos mesmos. Não é a primeira vez que o município enfrenta



este problema, pois na estiagem do período 2011/2012 também foram divulgadas as dificuldades de abastecimento pelas quais passaram. Além disso, as perdas na economia em 2020 decorrentes da estiagem foram de R\$ 16,3 milhões sendo este valor próximo ao orçamento anual da prefeitura, que foi de R\$ 17,9 milhões para o exercício de 2020 (TESCHE, 2020).

Analisando os planos de governo percebe-se que alguns Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), acordados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) foram contemplados nas ações que estão ligadas ao tema estiagem e apareceram na pesquisa (ODS, 2021). A qualificação da Defesa Civil está em consonância com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), pois atende ao item elaborar o plano de contingência de proteção e Defesa Civil com os riscos de desastres naturais/tecnológicos e protocolos de prevenção.

Todos esses planos de governo que preveem ações ao nível estratégico, também planejaram ações nos níveis tático e operacional, foram incluídos nessa categoria devido a uma ou mais ações que se enquadraram como estratégicas, com objetivos de longo prazo.

O Nível Tático de planejamento pode ser registrado nos planos de governo previstos para Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Passa Sete, Sinimbu. Desses municípios, apenas Gramado Xavier e Sinimbu não possuem serviços prestados pela Corsan, sendo que a fiscalização do contrato com a Corsan foi apontada como ação por Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Os dois são municípios contam grande contingente populacional e com contratos longos com a prestadora. No município de Santa Cruz do Sul, a perda na distribuição de água é bastante expressiva, o que é um fator preocupante em época de estiagem. Segundo o SNIS (2020), em 2019 a perda de água em Santa Cruz do Sul foi de 62,3%, índice bem superior ao nacional que é de 39,2% para o mesmo ano.

Assim, o plano de governo para fiscalização do contrato possibilitaria que o município efetivamente requeira mais resultados da instituição e possa garantir o abastecimento da população durante o ano inteiro, não somente em período de estiagem. A ação da fiscalização do contrato foi classificada como tática porque é um encargo do município fazer este papel. Não seria uma atividade estratégica, mas de cumprimento ao que foi acordado entre as partes.

A ação saneamento básico e redes hídricas foi incluída no nível tático porque a legislação estabelece o cumprimento de metas referente ao tema nos municípios, com prazos pré-estabelecidos. O Saneamento Básico também está incluído entre os ODS, principalmente no ODS 6 (Água Potável e Saneamento), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) também tem relação com o Saneamento Básico quando existe a meta promover acesso universal à



água tratada priorizando a inclusão social, econômica e política de todos, assim como o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) quando se refere a promover programas de reciclagem e reutilização de água, e coleta de água da chuva.

A proteção e conservação de nascentes, arroios e mata ciliar estão entre as metas nos planos de governo de Barros Cassal, Gramado Xavier, Herveiras, Lagoão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Venâncio Aires e Vera Cruz. Os municípios de Herveiras, Sinimbu e Vera Cruz já possuem programas dessa natureza, sendo o de Vera Cruz o mais antigo, com projetos de pagamento por serviços ambientais que se iniciou em 2011. Importante destacar que o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) possui a meta estabelecer plano de recomposição de áreas degradadas, áreas de mananciais e/ou outros ecossistemas de interesse. E os programas de irrigação foram apontados por Barros Cassal e Santa Cruz do Sul. Ressalta-se que todos os municípios que se encontram no nível tático também executam atividades em nível operacional.

Apenas o plano de governo de Candelária foi inserido na categoria do Nível Operacional, com objetivos de curto prazo. A disponibilização de máquinas para abertura de poços, açudes, bebedouros e outros reservatórios é o único item no plano de governo. Os demais planos que preveem essas ações foram: Barros Cassal, Herveiras, Lagoão, Passa Sete, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Já o incentivo ao uso de cisternas foi feito para os municípios de Barros Cassal, Passa Sete, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul.

O plano de governo de Vale do Sol foi o único que não apresentou ações de enfrentamento às estiagens de forma explícita. Isso não significa que ações não serão realizadas, apenas que não foi considerado um problema que justificasse a inclusão na agenda governamental.

Considerações finais

O fato de ações de enfrentamento às estiagens não serem registrados no plano de governo não é sinônimo de que os governos municipais não realizarão ações para minimizar os efeitos dos eventos extremos sobre a economia e abastecimento dos municípios. Provavelmente os grupos de interesse não exerceram pressão sobre o assunto aos candidatos às prefeituras na época da eleição. Outra explicação é que algumas ações emergenciais sempre foram executadas pelas secretarias de Agricultura e/ou Obras dos municípios e podem ter sido entendidas como rotina e não como uma antecipação aos eventos.



O destaque dessa análise dos planos de governo ocorre no município de Candelária, que apesar de se encontrar no nível operacional de planejamento com ações relativas à água, possui um item que é “propor e estabelecer ações conjuntas com os municípios vizinhos, visando à promoção do desenvolvimento regional e integrado”. Isso demonstra que a equipe de governo pensou na gestão dentro e fora dos limites político e administrativos do município.

Como recomendação, os planos de governo devem registrar que a gestão integrada é o caminho para o gerenciamento da área de planejamento denominada bacia hidrográfica, pois os rios perpassam vários territórios e o que acontece à montante impacta à jusante. Os problemas decorrentes de uma estiagem não ficam restritos a um município.

No período 2019/2020 a estiagem atingiu todo o Estado do Rio Grande do Sul e afetou a produção e o modo de vida das pessoas, considerada como uma estiagem mais severa que a de 2011/2012. Depreende-se que foi um longo ciclo sem estiagem de grande proporção, porém o prognóstico da estiagem 2020/2021 já está publicado pela Sala de Situação do Rio Grande do Sul e para a bacia do Pardo é esperado que haja impactos no setor agrícola.

Alguns candidatos aproveitaram a janela de oportunidade e incluíram nos seus planos de governo o tema estiagem, incorporando o assunto à agenda governamental, o que demonstrou um planejamento de nível estratégico e visão a longo prazo. Os ODS que possuem relação à mitigação de efeitos de estiagem e ampla distribuição de água estão incluídos nos planos de governo, denotando que os prefeitos da bacia do Pardo estão em conformidade e consonância com os objetivos globais.

Referências:

AMVARP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO PARDO. **Municípios**. Disponível em: <https://www.amvarp.org.br/municipios>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BARBOSA, M. de A. **Planejamento estratégico para a gestão pública** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

CASTRO, A. C.; CASTRO, C. O. de. **Gestão pública contemporânea** [recurso eletrônico]. Curitiba. Editora Intersaberes, 2014.



DE TONI, J. **O planejamento estratégico governamental – reflexões metodológicas e implicações na gestão pública** [recurso eletrônico]. Curitiba. Editora Intersaberes, 2016.

ECOPLAN. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. **Relatório da Etapa A- Diagnóstico**. Porto Alegre. 2005. Disponível em: http://comitepardo.com.br/plano_pardo/relatorio_diagnostico/REA_completo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

GRUPO GAZETA DE COMUNICAÇÕES. **Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro Serra**. 24ª edição, junho/2020.

HELPER, F. **Demandas e disponibilidades hídricas da bacia hidrográfica do Rio pardo (RS) nos cenários atual e futuro para diferentes sistemas de produção de arroz irrigado**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and Public Policies**. 2ª ed. London: Longman, 2011.

MENEZES, R. M. de; BIESEK, C. de B. Gestão participativa de comitê: um estudo sobre a participação dos segmentos (usuários da água, Poder Público e sociedade civil) no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 229-256, 2014.

NOGUEIRA, C. S. (Org.). **Planejamento Estratégico** [recurso eletrônico]. São Paulo: Pearson Education, 2015.

ODS - OBJETIVOS DO DESENVILVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

REIS, José. Uma Epistemologia do Território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005: 51-74. 54.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA). Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento. **Relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos no Estado - 2020**. Assessoria de Comunicação da SEMA. Fevereiro, 2021.

ROCHA, A. G. F. (Org.). **Planejamento e gestão estratégica** [recurso eletrônico]. São Paulo: Pearson Education, 2012.

SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. **Administração e Planejamento Estratégico** [recurso eletrônico]. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2021

SPINELLI, K. **Estiagem e a vulnerabilidade social no oeste de Santa Catarina no período de 1999 a 2012**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis/SC, 2018. 310p.



TESCHE, Otto. Condições climáticas - As perdas milionárias com a estiagem. **Jornal Gazeta do Sul**, p. 14 e 15 (Caderno Especial), edição de 18 e 19 de janeiro de 2020.

TIRELLI, C. **Conectando políticas públicas e território: a contribuição da perspectiva relacional**. In: LIMA, L. e SCHABBACH, L. (Org.). Políticas Públicas: questões teórico-metodológicas emergentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. p. 242-265
Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/obec/neccult/noticia.php?id=173&titulo=Professoras+do+PPG+em+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas+lan%C3%A7am+livro+em+parceria+com+NECCULT>

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. 2020
Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2020/2030402020/RS/municipios>.

Acesso em: 22 mar. 2021.

TUCCI, C. E. M. 1997. **Hidrologia: ciência e aplicação**. 2.ed. (Col. ABRH de Recursos Hídricos, v.4). Porto Alegre: ABRH/Editora da UFRGS, 1997.